



Negociar feminilidades e pertencimentos por meio do futebol: fluxos, fronteiras e na prática esportiva comunitária de mulheres

Negotiating Femininities and Belongings Through Football: Flows, Boundaries, and in Women's Sports

Mariana Zuaneti Martins

Doutora em Educação Física
Universidade Federal do Espírito Santo
marianazuaneti@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0926-7302> 

Samara Venturelli Furtado

Licenciada em Educação Física
Universidade Federal do Espírito Santo
sasaventurelliedf@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2303-3422> 

Edinalva Brito Gomes

Advogada especialista em Direito Desportivo e Direito público
edinalvabg14@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0003-5523-4015> 

Informações completas sobre autoria estão no final da resenha 

Resumo: Aqui examinamos as potencialidades do futebol comunitário como um espaço onde mulheres adultas, no início da carreira advocatícia, negociam o senso de pertencimento à categoria profissional e ao direito ao lazer. Entender os sentidos de pertencimento e as barreiras enfrentadas pelas mulheres ao praticarem futebol na idade adulta ressalta os obstáculos e as oportunidades que o esporte apresenta durante um período em que a participação feminina tende a diminuir, devido à concorrência de tempo com carreiras, trabalho e responsabilidades domésticas, demonstrando intersecções de gênero e classe nas experiências delas. Jogar futebol nesse contexto é desafiar as expectativas em torno da feminilidade das mulheres advogadas, ao mesmo tempo que ratificar aspectos próprios do campo profissional que elas ocupam, reafirmando valores relacionados à meritocracia e à disciplina, compondo uma feminilidade “empoderada”. Com isso, transitam e se redesenham pelos espaços profissionais, chamando a atenção para os regimes de poder que operam dentro da retórica neoliberal pós-feminista.

Palavras-chave: futebol comunitário; gênero; futebol feminino; sociologia do esporte; lazer.

Abstract: We analyse the potential of community football as a space where adult women, at the beginning of their legal careers, negotiate a sense of belonging to their professional category and the right to leisure. Understanding the senses of belonging and the barriers faced by women when playing football in adulthood highlights the obstacles and opportunities that the sport presents during a period when female participation tends to decrease due to competition for time with careers, work, and domestic responsibilities, demonstrating intersections of gender and class in their experiences. Playing football in this context is to challenge the expectations surrounding the femininity of women lawyers, while at the same

time reaffirming aspects intrinsic to the professional field they occupy, reasserting values related to meritocracy and discipline, composing an "empowered" femininity. With this, they navigate and redraw through professional spaces, drawing attention to the regimes of power that operate within the post-feminist neoliberal rhetoric.

Keywords: community football; gender; women's football; sports sociology; leisure.

Introdução

Se no Brasil, o futebol organiza simbolicamente os imaginários de nação, as mulheres foram excluídas e silenciadas dessas representações (Rial, 2013). O esporte mais praticado no país se constitui como uma das últimas áreas de sociabilidade reservada aos homens e, por isso, servia como espaço privilegiado para manifestação e afirmação de uma masculinidade viril e agressiva, que vinha se tornando repudiada socialmente em outros contextos (Dunning, 1986).

Contudo, a anulação simbólica e barreiras culturais e históricas à presença de mulheres no futebol, como a invisibilidade e proibição da prática, não significaram sua inexistência (Goellner, 2005). Ao longo do século XX e XXI, as mulheres praticaram futebol, seja de forma clandestina, precária ou invisibilizada, desafiando os discursos culturais que as afastam desse esporte (Kessler, 2015; Martins; Reis, 2020; Soares de Almeida, 2016). Essa resistência não anula, no entanto, o enorme abismo de gênero nas oportunidades de participação e engajamento com o futebol. Enquanto 57% dos homens brasileiros que praticam esporte tem o futebol como atividade física, menos de 6% das mulheres brasileiras se envolvem nessa modalidade esportiva (Martins; Silva; Vasquez, 2021). Os homens representam 94% de quem joga futebol no Brasil Essa desigualdade de participação está relacionada aos discursos culturais de gênero, que ainda afirmam o esporte e, em particular, o futebol como produtor de masculinidades (Messner, 2010).

No entanto, acontecimentos recentes como a Copa do Mundo de Futebol Feminina transmitida nos canais abertos de televisão no Brasil e a existência de equipes femininas nos clubes tradicionais do futebol contribuíram para que o interesse e a visibilidade do futebol de mulheres ganhassem repercussão no Brasil. O início do processo de espetacularização do futebol de mulheres repercutiu no fomento a projetos e equipes amadoras dessa modalidade, criando ou ampliando um circuito comunitário desse futebol, o que não ocorre sem que existam barreira ainda. Considerando esse cenário, o objetivo foi examinar as potencialidades do futebol comunitário de mulheres adultas, como espaço onde elas negociam pertencimentos, gênero e o direito ao lazer diante de um contexto esportivo bastante masculinizado. Com isso, evidencia os desafios e oportunidades

enfrentados por essas mulheres ao praticarem futebol, destacando o agenciamento delas diante da concorrência de tempo com a carreira, da vigilância de seus corpos, das responsabilidades domésticas, assim como os sentidos que o esporte adquire em suas vidas.

Fazer, desafiar e negociar gênero no futebol

O cenário de desequilíbrio nas oportunidades de participação entre os gêneros no futebol permite caracterizá-lo como um espaço social para reprodução de masculinidades no país (Dunning, 1986; Messner, 2010; Monteiro, 2003). Todavia, a resistência das mulheres ao longo do tempo aponta para o desafio desse cenário. Segundo Cláudia Kessler (2015), o futebol tem sido um espaço para mulheres contestarem esses discursos culturais e expressarem gênero desafiando as normas da feminilidade heteronormativa.

As lentes dos estudos de gênero nos ajudam a compreender que a organização da diferença socialmente percebida entre sexos é construída histórica e culturalmente (Scott, 1995). Os mecanismos que produzem aquilo que entendemos como masculino são os mesmos que diferenciam o feminino, processo esse que é atravessada por relações de poder, constituindo desigualdades de oportunidades e de recursos para os gêneros (Meyer, 2003).

Ademais, podemos considerar que o comportamento do corpo sexuado, por mais rotinizado e “natural” que pareça, é “produzido e imposto por práticas reguladoras da coerência de gênero (...), [sendo] uma identidade [que] é performativamente construída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados” (Butler, 1990, p. 48). A coerência da matriz de gênero refere-se à expectativa de linearidade entre o construto denominado como sexo (macho ou fêmea), a expressão de gênero (entendida em termos binárias, como masculino e feminino) e o desejo heterossexual (Butler, 1990). Para Butler (1990), não temos gênero, mas fazemos gênero ao reiterarmos em nossas práticas e discursos cotidianos a norma dessa matriz. Como prática cotidiana, por outro lado, está sujeita a incoerências e desvios.

Nessa leitura, por sua vez, gênero não é um “papel” que alguém assume ou absorve na infância; é um processo multilateral e social, que é parte das interações e ações cotidianas, das instituições e do universo simbólico que nos rodeia (Messner, 2010). Mais do que uma identidade fixa, portanto, gênero se faz por meio de uma ação rotineira, performativa, na qual não só reiteramos suas normas, como também negociamos, transgredimos, resistimos e refratamos (Butler, 1990). A performatividade de gênero, por

essa via, é recheada de perturbações, baseadas em relações de poder, materializadas nos discursos, códigos, práticas e instituições. Este poder produz não somente corpos, mas discursos sobre comportamentos “apropriados” ou “não apropriados”, classificando corpos e definindo hierarquias e normas, constituindo pedagogias de gênero, que circulam em diversas instituições sociais (Louro, 1999, p. 27).

Nesse sentido, fazemos gênero através de nossas interações sociais no cotidiano. *Fazer* gênero, de acordo com West e Zimmerman (2009), é criar e referendar as diferenças entre o que se entende socialmente por homem e por mulher por meio das nossas interações e práticas sociais, um processo eminentemente cultural. O esporte contribui para fazer gênero no cotidiano, ao enfatizar que há diferenças substanciais entre homens e mulheres, tornando os primeiros mais fortes, velozes, potentes e competitivos, naturalizando essas características, fazendo-as parecer inevitável e não questionáveis (Deutsch, 2007). Fazer gênero, portanto, é uma performatividade cotidiana, cuja repetição cria o aspecto de materialização e naturalização das diferenças e hierarquias (Butler, 2011). A feminilidade normalizada, que assume características socialmente estereotipadas como femininas, é uma forma de fazer e materializar gênero em nossa sociedade.

Nesse sentido, não é possível excluir possibilidades de transgressões e de subversões em identidades flutuantes de gênero, como é o caso da inserção de mulheres em uma “arena” considerada “masculina”, como o futebol. Isso porque os discursos culturais associados à feminilidade enfatizam características como passividade, sensibilidade, delicadeza e fragilidade, que são antagônicas aquelas reconhecidas no esporte. O esporte se constituiu historicamente como um espaço de validação de uma masculinidade relacionada à virilidade, força, competitividade e violência – aspectos esses que reafirmariam uma supremacia dos homens em relação às mulheres (Messner, 2010). Deste modo, com feminilidades desviantes, ao desafiar essa norma de gênero, as mulheres que jogam futebol são estigmatizadas como masculinizadas e tem sua (hetero)sexualidade colocada sob suspeita (Silveira; Vaz, 2014).

As matrizes da linguagem do futebol no Brasil: onde está o futebol praticado pelas mulheres?

Para desviar dessas expectativas sociais em torno do feminino e do masculino, expondo a pluralidade possível de expressões de masculinidades e feminilidades, Kessler (2015) propõe a adoção do termo “futebol de mulheres”. A decorrência política dessa

virada terminológica é também demonstrar que o uso do gênero no futebol feminino pode ter como efeito disciplinar que tipo de comportamento se espera das mulheres que se engajam com esse esporte. Como segunda decorrência também expõe que o futebol que precisa ser adjetivado é aquele que “ainda não é”, menor, marcado por um discurso de ausências, sempre comparado ao “futebol”, aquele que não precisa ser completado e tem implícito que é o praticado por homens da matriz espetacularizada (Kessler, 2015).

Pensando na pluralidade de possibilidades de envolvimento com o futebol, Arlei Damo (2018) sugeriu a existência de uma estrutura comum entre as diferentes práticas da apropriação desse esporte que as identifica socialmente como a linguagem do futebol. A linguagem do futebol envolve um jogo entre duas equipes que perseguem objetivos idênticos (fazer o gol, evitar tomar gol, ganhar o jogo), mas opostos, disputando a posse de uma bola. A interação é permitida, mas regulada, a partir de um conjunto de regras que define o espaço, o tempo e as ações, restringindo o uso das mãos com algumas exceções. Esta estrutura é presente na maioria das variações do futebol (como o futsal, Society, beach soccer e suas variações de rua), permitindo que falemos em futebolis (Damo, 2018). A partir dessa base, surgem quatro matrizes da prática: espetacularizada, bricolada, comunitária e escolar, além do futebol de mulheres.

O *futebol espetacularizado* é aquele que vemos na grande mídia, caracterizado pela forte divisão social do trabalho e profissionalismo, tanto dentro quanto fora do campo, com distinção entre jogadores e espectadores, além de uma rede de especialistas que incluem treinadores, fisiologistas, árbitros e dirigentes, todos contribuindo para transformar o jogo em um espetáculo midiático. O *futebol bricolado* é praticado de forma mais livre e improvisada, sem a rigidez das regras oficiais, geralmente em espaços informais como ruas, praias e campos improvisados, valorizando a criatividade e a espontaneidade, permitindo que os jogadores experimentem diferentes papéis e estilos de jogo. O *futebol comunitário*, também conhecido como futebol de várzea, é organizado em nível local e serve como uma importante atividade social, promovendo um senso de comunidade, com equipes frequentemente compostas por moradores locais que jogam pelo prazer e pelo espírito comunitário. Embora tenha uma estrutura organizacional mais definida do que o futebol bricolado, com dirigentes e técnicos, não possui a mesma profissionalização do futebol espetacularizado. Os jogos são realizados em ligas locais e são menos orientados pela mídia. O *futebol escolar* é integrado ao currículo de educação física e ocorre dentro do contexto educativo.

No caso do futebol de mulheres, Kessler (2015) sugeriu a existência de uma matriz diferente, denominada por ela como futebol participativo. Segundo a autora, este é um

híbrido entre de elementos da *matriz de futebol bricolada*, da improvisação e informalidade típica das “peladas”, e da *matriz de futebol comunitária*, do sistema organizado, mas não tão rígido quanto, e da busca por resultados. No futebol de mulheres participativo, as regras não são tão rígidas e variam conforme as situações apresentadas e a organização varia de acordo com os elementos disponíveis. Há criatividade, improviso e indisciplina para conseguir realizar campeonatos e torneios diante da ausência de estrutura e compromisso (Kessler, 2015). Face à carência de outros projetos disponíveis e a escassez de recursos para o futebol de mulheres, o futebol participativo se constitui como um espaço comunitário que oportuniza o direito ao lazer para as jovens e adultas de um contexto social. Por essa razão, o futebol de mulheres participativo pode ser um espaço potente onde as mulheres negociam gênero e pertencimentos e afetos diversos.

Percurso metodológico

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que busca compreender as experiências das mulheres que compõe uma equipe comunitária de futebol. Para encontrar tais mulheres, a pesquisa se desenvolveu junto ao núcleo/ equipes de prática de futsal/ fut7 da Caixa de Assistência dos Advogados do Espírito Santo, que possui equipes femininas desde 2021. Essas equipes são compostas de advogadas associadas a CAAES, que realizam treinamentos semanais visando a qualidade de vida e lazer, bem como representar a categoria nas competições esportivas entre advogados e em competições locais.

O contexto pesquisado: Futebol society das mulheres advogadas

As equipes de futebol Society de mulheres advogadas existem no Espírito Santo há cerca de 3 anos. Existiam outras equipes femininas de outros esportes anteriormente, assim como uma masculina de futebol Society. Hoje as mulheres se dividem em 6 núcleos/ equipes, organizados de acordo com a cidade na qual atuam: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Colatina, Linhares e Cachoeiro do Itapemirim. A maior parte das mulheres que compõe essas equipes tem até 32 anos, sugerindo uma participação ativa sobretudo no início da carreira profissional delas. Por outro lado, cerca de 10%, possui mais de 43 anos, indicando uma diversidade geracional entre elas. Além disso, um terço dessas mulheres possui filhos, ressaltando o equilíbrio desafiador entre a carreira profissional e a maternidade. No que diz respeito à orientação sexual, 62% das participantes se

identificam como heterossexuais, enquanto um terço se declara homossexual ou bissexual, refletindo a diversidade de orientações presentes entre elas. Quanto à composição étnica, a maioria das advogadas declara-se branca, entretanto, é importante mencionar que aproximadamente 15% delas são mulheres negras, evidenciando uma falta de representatividade que acompanha a da profissão, já que segundo dados da OAB, apenas 6% das advogadas no país são negras (Patriolino, 2023).

Produção de dados

A produção dos dados ocorreu por meio da realização de um grupo focal. Segundo Oliveira e Freitas (2006 p. 327), o grupo focal “[...] propicia riqueza e flexibilidade na coleta de dados, em geral, não disponíveis quando se aplica um instrumento individualmente, além do ganho em espontaneidade pela interação entre os participantes”. Para o grupo focal, utilizaremos três blocos: i) história de vida relacionada às práticas corporais e ao esporte, a fim de conhecer experiência anteriores e dificuldades; ii) sua relação prévia com o futebol, seja como espectadora ou como praticante, a fim de conhecer também as razões pelas quais essas mulheres foram buscar um espaço para a iniciação na idade adulta; iii) sua experiência na equipe e a forma como elas percebem que a participação esportiva repercute na sua vida, a fim de explorar os diferentes sentidos e possibilidades que a prática do futsal está proporcionando a ela, a forma como elas percebem seu desenvolvimento na modalidade esportiva, bem como as dificuldades que estão visualizando¹.

Participantes

As participantes do Grupo Focal foram com 6 participantes da equipe da cidade de Vitória, intitulada Vitorianas. O critério de inclusão para participar do Grupo Focal era estar na equipe há pelo menos 12 meses; como critério de exclusão, consideramos a indisponibilidade de participar do encontro do Grupo Focal. O quadro 1 sintetiza o nome fictício de cada participante (escolhido por ela mesma ao indicar uma personalidade do esporte que ela admirava) e as relações delas com o futebol e o com o projeto das Vitorianas.

Quadro 1. Participantes do Grupo Focal

Nome	Vínculo com futebol
------	---------------------

¹ Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Espírito Santo, sob CAAE 77910523.0.0000.5542.

Gabi Guimarães	Jogava futebol com o irmão desde criança, no interior. Voltou há 3 anos no Vic
Marta	Jogava futebol com primos no interior; jogou durante a fase escolar e declinou na faculdade. Jogou handebol e sempre competiu. Não foi fazer teste em times porque família não deixou. Está no Vic há 2 anos.
Bernardinha	Jogava futebol com primos na rua. Não treinou em escolinha porque futebol não era “de menina”. Jogou handebol competitivo. Parou de treinar na faculdade. Voltou no Vic há 3 anos
Messi	Sempre praticou esporte, mas não treinava futsal. Só na escola e com primos. Só treinou na CAAES
Edmunda animal	Jogava futebol com meninos na rua. Também surfou, que também era considerado esporte “de homem”, que a família não deixava. Irmão do meio apoiava. Nunca foi de competir e não acompanha o esporte.
Nadia Comaneci.	Fez ginástica artística na infância e jogou no gol no futebol com as crianças na rua.

Fonte: Elaboração própria.

Análise e interpretação de dados

Para a análise dos dados produzidos pelo Grupo Focal, utilizamos a análise temática reflexiva (Braun; Clarke, 2019). Nessa forma de análise de dados, os temas são desenvolvidos a partir de códigos, criados por meio da leitura das entrevistas, e conceituados como padrões de significado compartilhados e sustentados por um conceito organizador central (Braun; Clarke, 2019). O desenvolvimento do tema requer 1) familiarização com os dados; 2) geração códigos iniciais; 3) busca de temas; 4) revisão de temas; 5) definição e nomeação de temas e 6) produção do relatório. Os temas que produzimos foram: negociações de feminilidade para o pertencimento esportivo; sentidos de pertencimento produzidos pelo futebol participativo; fronteiras de gênero enfrentadas no futebol participativo das advogadas.

Resultados e discussão

Nesta sessão, serão apresentadas as experiências das mulheres participantes do futebol Society participativo das advogadas. Cabe destacar que as vivências não foram homogêneas entre as participantes, refletindo distintas formas de negociação de gênero, pertencimento, identificações e experiências esportivas. Os resultados desta análise estão divididos em três temas: i) negociações de gênero; ii) pertencimento no esporte; iii) resistências.

Negociações de gênero no pertencimento e identidade no futebol participativo das mulheres advogadas

As mulheres que compõe esse ambiente de prática comunitária de futebol vão buscá-lo em razão das experiências esportivas que tiveram ao longo da infância e da adolescência. O futebol, para a maioria delas, funciona como uma fonte de constituição identitária. Considerando a fluidez das identidades e a forma como estas são circunstancialmente acionada e agenciadas (Hall, 2006), bem como os atravessamentos de gênero delas, o esporte atravessa negociações de gênero que se transformam ao longo da experiência de vida delas (Meyer, 2003). O esporte é uma prática generificada, influenciada por discursos culturais mais amplos que normalizam como as pessoas negociam suas feminilidades de maneiras localizadas e radicalmente contextualizadas social e historicamente (Francombe-Webb; Toffoletti, 2018).

A inserção das mulheres no futebol está intrinsecamente ligada a um processo complexo de negociação de feminilidades, que se inicia na infância. A primeira grande negociação que essas mulheres precisaram fazer envolvia a sua própria entrada e permanência no esporte, um campo frequentemente marcado pela exclusão devido às normas culturais que associam o futebol à masculinidade. A maioria começou a jogar futebol na infância, cujas experiências esportivas foram marcadas por jogar bola na rua com outros meninos, por exemplo, como relatam Marta e Bernardinha:

Marta: Eu jogo futebol desde criança, desde que me entendo por gente. Venho de uma família muito grande, e a maioria dos meus primos da minha idade eram meninos. No interior, nossos domingos eram estar com a família de manhã, almoçar todos juntos e, à tarde, jogar futebol até as 7 horas da noite. A gente jogava descalço, era o futebol raiz mesmo. Foi assim a minha infância toda. Na escola, continuei jogando futebol. (...) No ensino fundamental, tive a chance de fazer testes em times, mas não fui por causa do contexto familiar, aquela ideia de que futebol não era coisa de menina.

Bernardinha: Eu também amo esporte, na verdade, né? O futebol, digamos, é a minha maior paixão. Eu jogava desde criança com meus primos. Acho que a história se repete com muitas meninas mais velhas do nosso time com quem já conversei. Todo domingo, a gente se reunia na casa da minha avó com meus tios e primos. (...) Mas eu tinha um pouquinho de habilidade, e começaram a falar pros meus pais: "Ela joga bem, ela joga bem, coloca ela numa escolinha, deixa ela jogar por um time." Aí vem aquela história de que futebol não é coisa de menina, né?

Marta e Bernardinha dialogam sobre algo que também ocorreu com Gabi Guimarães e Edmunda, o despertar do interesse pelo futebol que era tolhido pela família, que não permitia uma participação esportiva mais séria. Essas mulheres começaram a jogar futebol na década de 1980 e 1990, contexto no qual o futebol feminino acabara de

sair da clandestinidade e da proibição, sem possuir visibilidade e reconhecimento social no Brasil (Goellner, 2005). Deste modo, além da falta de credibilidade em torno de uma carreira esportiva nesse esporte, já que o esporte era simbolicamente anulado nos meios de comunicação da imprensa esportiva, ainda se nutria uma imagem de que o futebol de mulheres era repleto de comportamentos que eram antitéticos com as expectativas em torno da feminilidade normalizada. Essa preocupação, por exemplo, fez com que na década de 1990, a Federação Paulista de Futebol contratasse modelos para compor equipes e reformulasse o futebol feminino paulista para demonstrar que as atletas se ancoravam a expectativa estereotipada de feminilidade (Souza Junior; Reis, 2023). As famílias dessas mulheres, refletindo os discursos culturais predominantes da época, frequentemente desestimulavam a prática do futebol, visto como uma atividade inadequada para meninas. Esse desestímulo estava associado à ideia de que o futebol era um espaço de construção de masculinidades, e, portanto, impróprio para a construção de uma feminilidade normalizada, entendida como frágil e delicada.

Durante a infância e adolescência, a família desempenhou um papel de interdição na prática esportiva mais intensa. Embora as participantes tivessem oportunidades de ingressar em escolinhas de futebol, a família não via o esporte como uma atividade apropriada para a construção de feminilidades.

Gabi Guimarães Sou vascaína, meu pai é vascaíno, meu irmão é flamenguista. Meu irmão sempre teve camisa. Meu pai nunca comprou uma camisa de time para mim, nunca me deu. Não era falta de dinheiro.

No entanto, as mulheres que perseveraram no esporte fizeram isso através de uma constante negociação com as expectativas familiares e culturais. Essas negociações frequentemente significavam que, embora continuassem jogando, elas não conseguiam transgredir totalmente as barreiras que impediam uma dedicação mais intensa e séria ao futebol. A dedicação ao esporte em um nível mais competitivo e profissional esbarrava em expectativas familiares que interseccionam os marcadores de classe e gênero. Provenientes de família de classe média, essas mulheres enfrentam expectativas familiares que as incentivavam a se dedicarem a carreiras profissionais que gozassem de maior prestígio social. Por exemplo, Bernardinha relatou que queria cursar educação física, mas seus pais não permitiram

Bernardinha: "Minha mãe falou assim: "Você pode escolher o curso que você quiser." Eu pensei, beleza, vou escolher Educação Física. Mas minha mãe insistiu: "Não, filha, você não vai escolher Educação Física." Meu pai, que é advogado, já tinha um escritório e disse: "Vai

para o Direito." Então, eu fui para o Direito. Não me arrependo da profissão, que eu amo bastante. Também não me vejo em outra profissão, a não ser se eu fosse atleta, e tudo bem”

A intersecção de classe e gênero é evidente na resistência das famílias em aceitarem suas filhas como futuras atletas profissionais. As famílias de classe média, em particular, promoviam uma feminilidade associada à fragilidade e delicadeza, incompatível com a prática intensa do futebol. Essa visão de feminilidade está associada às mulheres brancas e de classe média (Carneiro, 2019). Este cenário é exemplificado na fala de Bernardinha, que menciona a impossibilidade de estudar Educação Física, sendo encorajada a cursar Direito, uma profissão mais alinhada às expectativas de classe média sobre status e sucesso profissional.

Gabi Guimarães: Meu pai fala assim: "Beleza, vai lá fazer seu esporte." Só porque eu não vou mais ser jogadora. Muda um pouco a perspectiva, entendeu? A nossa família e nossa cidade apoiam de certa forma, porque é um lazer.

Na idade adulta, a atitude da família mudou, passando a apoiar a prática esportiva como forma de lazer, sem competir com a trajetória profissional. Assim, a feminilidade futebolística, antes interdita na infância por estar associada a uma sociabilidade com meninos e a atividades consideradas agressivas, é ressignificada na vida adulta. À medida que essas mulheres amadureceram, a participação no futebol foi mais aceita pelas famílias, contanto que fosse vista como uma atividade de lazer. O apoio familiar à prática esportiva, então, estava condicionado ao entendimento de que o futebol não interferiria nas identidades profissionais das mulheres. Essa aceitação parcial permitiu que elas mantivessem uma feminilidade que combinava sucesso profissional e autonomia, sem romper com os padrões culturais de feminilidade de sua classe.

Bernardinha: A maioria das meninas advoga e tem escritório, então nos demandamos, nós somos as próprias chefes, entendeu? Ah, você se machucou no futebol, quebrou uma perna e tem uma semana de audiência, o que é que você vai fazer? Você vai trabalhar com a perna quebrada ou vai ter que contratar um colega para cobrir, entendeu? Financeiramente, tem um reflexo. (...) Isso é algo que o treinador sempre fala. E acho que o nosso núcleo, a vibe do nosso núcleo é essa, de não ser tão carro e fogo, justamente porque encaramos como um lazer, momento de lazer. E porque isso não é a nossa profissão, né? Num jogo do ano passado masculino, um rapaz levou um soco, fraturou o maxilar, ficou 90 dias parado. Então eu falo, meu Deus, eu não posso ficar 90 dias parada porque sou autônoma. Sou a dona do meu próprio escritório, então encaro isso como lazer e tenho que ter muito cuidado para não me machucar, né?

O envolvimento no futebol, apesar das barreiras, conferiu às mulheres um sentido de competitividade e superação pessoal. A competição esportiva, percebida como um valor intrínseco ao futebol, funcionou como um importante fator motivacional, oferecendo um espaço para a expressão de uma feminilidade autônoma e empoderada. As participantes da pesquisa frequentemente mencionaram a admiração por personalidades esportivas, destacando qualidades como dedicação, disciplina e desempenho, valores que ressoam fortemente com a ideologia da meritocracia, como quando declaram a admiração pelas personalidades esportivas como Gabi Guimarães, Bernandinho e Messi, reconhecidos como atletas dedicados e que desempenham em alta performance.

Essa dedicação e entrega é também destacada pelas mulheres sobre sua rotina de conciliação profissional com o esporte. As mulheres destacaram a dificuldade em conciliar a prática do futebol com suas intensas rotinas profissionais, marcadas por longas horas de trabalho e muitas responsabilidades, mesmo assim se dedicam para conseguir treinar

Bernardinha: É, eu encaro como 1 hora, dou cuidado da minha saúde, como é uma hora de atividade física. E aí vem os bônus. O bônus de que estou com as pessoas que eu gosto. É uma atividade que eu gosto de fazer. E os ônus, na verdade, que tudo na vida tem, né? Os os prós e contras. Mas e eu dou, eu não sou casada e não tenho filho, não. Tem um pinto para dar água, então é mais fácil. Mas eu admiro as que têm filhos também, né? As meninas do nosso time que são casadas e têm filhos. Eu, eu. Muito porque, pô. É um rolê que a gente vai deixar, né? Aquela história, vai deixar a família. O homem tem o horário do futebol, né? Deles tá tudo certo. Agora a mulher, poxa, vai deixar a casa lá? A família pra jogar futebol?

A prática esportiva é acompanhada por uma série de cuidados complementares, como consultas a nutricionistas, fortalecimento muscular na academia, e sessões de fisioterapia, visando à sustentabilidade da prática ao longo do tempo.

Marta: Faço plano alimentar, fisioterapia. Porque o ano passado, por exemplo, eu joguei o ano todo, só que convivi o ano todo com algum tipo de lesão. Tive a lesão no calcâneo, tive uma fratura por stress na canela. Joguei o brasileiro com uma fratura por stress na canela, tive que tomar uma injeção porque descobri na véspera da viagem, era a única coisa que eu conseguiria fazer. Mas esse ano estou me preparando para jogar, sem lesão, apesar de que estou com o dedão lesionado porque lesionei o ligamento num amistoso, mas estou tratando. A gente faz fisioterapia, acho que eu e a Bernardinha, principalmente a Gabi Guimarães, que as outras meninas eu não conheço muito a rotina delas, mas tem plano alimentar com nutricionista.

Essa valorização da dedicação e da disciplina se vinculam a uma ideia de meritocracia, vista como a capacidade de alcançar o sucesso através do esforço pessoal, está fortemente alinhada à feminilidade das mulheres de classe média no esporte (Azzarito, 2010). A meritocracia não apenas legitima sua participação esportiva, mas também reforça uma identidade esportiva que é ao mesmo tempo independente e empoderada, permitindo que elas conciliem as demandas de classe e gênero em suas trajetórias pessoais e profissionais. Trata-se de uma subjetividade neoliberal incorporada que busca a autorrealização e demonstra condução de si mesma através de monitoramento, vigilância e auto investimento (Francombe-Webb; Toffoletti, 2018).

Portanto, os discursos culturais que afirmam que o futebol não é "coisa de menina" são continuamente negociados pelas mulheres, que, ao desafiarem essas normas, reconfiguram as fronteiras da feminilidade no esporte, saindo de uma feminilidade transgressora, associada à masculinidade, a uma feminilidade "empoderada" neoliberal, que incorpora as normas de gênero interseccionadas à classe social. Essa é fruto de difíceis negociações de gênero e frequentemente limitadas pelas expectativas sociais e familiares, que refletem a complexa relação entre "escolha", agência, poder e subjetividade (Francombe-Webb; Toffoletti, 2018).

Os diferentes pertencimentos mobilizados no futebol participativo das mulheres advogadas

As razões pelas quais as mulheres participam do futebol vão além da prática esportiva em si, revelando diversos sentidos de pertencimento que emergem de suas experiências. Em primeiro lugar, o futebol é identificado como um espaço de lazer e sociabilidade. Muitas mulheres relataram que começaram a frequentar a equipe de futebol por meio de um convite de outra mulher já integrante do grupo. Esse ambiente proporciona um local para fazer novas amizades e encontrar um lazer significativo.

Gabi Guimarães: Aí eu fiquei uns 20 anos sem jogar futebol e retornei tem uns 3 anos, que é o tempo de formação das vitorianas. Foi bom porque eu conheci mais gente, fiz um novo ciclo de amizade.(...) Eu vinha até machucada, só para ficar ali sentada, esperando, brincando, conversando, para não perder o hábito de vir. Para mim, realmente é muito terapêutico. A gente briga, a gente ouve as ansiedades dela, a gente ouve...

Esse sentido de pertencimento vinculado ao futebol participativo destaca o apoio social e a reciprocidade que emergem na experiência esportiva partilhada (Walseth,

2006). Essa forma de pertencimento destaca o papel de apoio mútuo e da partilha como forma de constituir essa comunidade. Os vínculos criados no campo de futebol muitas vezes transcendem para outras áreas de suas vidas. Elas relatam atividades realizadas fora do contexto esportivo, como elas mencionam a ida a uma trilha em Pedra Azul/ES ou encontros para beber, fortalecendo ainda mais os laços comunitários e de pertencimento criados no futebol.

Marta: O ambiente. A gente tem um ambiente muito saudável e muito parceiro. Nós criamos laços extracampo. Somos amigas. Eu vim do interior e não conhecia ninguém além dos meus chefes no trabalho e da minha amiga que mora comigo. Não conhecia absolutamente ninguém. Então, para mim, foi um total acolhimento. Todas as amigas que tenho hoje em Vitória surgiram através do futebol, conheci através do futebol, se estenderam através do futebol. E esse final de semana estava todo mundo olhando para o vento assim, gente, vamos fazer a trilha lá de Pedra Azul e depois passar o final de semana lá. Vamos, vão, vão, vão, vão. Do nada, fomos para Pedra Azul, fizemos uma trilha lá no final de semana.(...) A gente sempre tenta conciliar com algum esporte, apesar de sempre acabar em bebida alcoólica.

Esse sentido de pertencimento comunitário vai além do futebol e se estende para o âmbito profissional. As conexões estabelecidas no esporte resultam em parcerias de trabalho e indicações profissionais entre as jogadoras, ou seja, criam laço fortes de pertencimento e de apoio social (Walseth, 2006) que se traduzem em redes dentro do espaço de trabalho, uma esfera, distinta da do lazer:

Bernardinha: Inclusive, tenho parcerias profissionais que surgiram por causa do futebol.

Marta: As meninas, as duas meninas aqui. Foram isso aí, entendeu? A gente se indica porque o direito é muito amplo. Eu faço criminal, Gabi faz trabalhista, Nadia faz tributário. Eu tenho um cliente, ah, eu preciso disso. A gente troca figurinha. Então reflete na nossa vida pessoal, na nossa vida profissional.

Bernardinha: Eu já indiquei para as meninas e também sou indicada. Tenho parceria com as meninas também, sabe? (...) Você indica pela confiança. É, eu acho. Porque você percebe que mulheres têm que indicar.

A rede de apoio criada entre elas é caracterizada por uma delas como o “feminismo” que permeia sua vida, criando uma comunidade de suporte mútuo e solidariedade entre mulheres. Em um contexto profissional extremamente masculino, que mimetiza a representação do esporte, um time feminino não apenas resiste a essa representação, como contribui como um espaço para criação de redes profissionais por fora das masculinas, o que é fundamental para favorecer a inserção das mulheres nesses ambientes (Eagly; Boston; Haber, 2009):

Bernardinha: Feminismo para mim não é levantar bandeira, é incentivar outra mulher. Quando preciso contratar advogados para ser correspondente, eu já falei para minha estagiária: mulher, se às vezes era o interior, você olhava lá a lista, tinha cinco homens e uma mulher. Ligava para a mulher, não conseguia, aí ia para o homem. Mas eu particularmente entendo que feminismo é isso. Vou incentivar uma mulher. É trocando figurinha, tipo, ah, eu trabalho com isso, isso e aquilo. Eu tenho um cliente aqui, você aceita?

Por outro lado, trata-se de uma visão de feminismo que pode ser atrelada ao feminismo branco de classe média, que trata as mulheres como iguais, ignorando outras nuances que criam diferentes desvantagens entre as próprias mulheres (Crenshaw, 1991). As mulheres relatam que, a partir das conexões feitas no futebol, surgem oportunidades profissionais que reforçam o sentimento de pertencimento e cooperação. No entanto, as mulheres que acessam essa rede de solidariedade são aquelas que não só possuem a carreira profissional estabelecida, como ainda têm condições sociais de frequentar os treinos de futebol – e tiveram acesso a esse esporte na infância. Esse fenômeno demonstra como o futebol se torna um espaço que intersecciona gênero e classe nas experiências de pertencimento e desenvolvimento pessoal e profissional.

Portanto, o futebol participativo para essas mulheres promove um sentido profundo de pertencimento, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, articulando suas experiências de gênero e classe. Essa experiência coletiva contribui para a criação de uma comunidade de mulheres que se apoiam e se fortalecem mutuamente, demonstrando a importância do esporte como um meio de resistência dentro de sua realidade.

Quando os pertencimentos se encontram com as fronteiras de gênero

A análise dos dados revela que, embora as mulheres consigam criar espaços de pertencimento através do futebol participativo, elas enfrentam barreiras significativas relacionadas às fronteiras de gênero e sexualidade, que dificultam a consolidação desses pertencimentos dentro da categoria profissional de advogadas. Elas mencionam que seu futebol é frequentemente estereotipado, refletindo uma visão distorcida e estigmatizante de suas atividades esportivas. Um exemplo claro é o estigma de serem chamadas de "barqueiras", especialmente quando ocorrem conflitos durante as competições:

Bernardinha: O que eu já ouvi é assim que nós somos muito barraqueiras (...) É tipo assim, olha, "sempre são as meninas da confusão", porque a maioria dos jogos têm confusão. Eu até estava comentando com um advogado que no último campeonato, todos os jogos têm briga, não sei o que, mas o masculino também tem, mas

eles abafam, né? Um homem dá um soco na cara do outro é porque ele é machão; se a mulher grita é barraqueira.

As mulheres apontam que, embora brigas também ocorram em outros esportes, inclusive no futebol masculino, quando estas acontecem no futebol feminino, elas são vistas de maneira negativa, caracterizando-as como desordeiras. Esse estigma é reforçado pela percepção de que demonstrações de agressividade são incompatíveis com a feminilidade, enquanto no contexto masculino, tais comportamentos são aceitos como expressões normais da masculinidade. Assim, ao ultrapassarem essa fronteira de gênero e exibirem comportamentos considerados agressivos, as mulheres são estigmatizadas e segregadas.

Nadia Comaneci: Último jogo agora eu ouvi de um colega que ele levantou e falou, é por isso que não dá para fazer futebol feminino, porque teve uma briguinha lá no final.

Outra fronteira significativa é a da sexualidade. A presença de mulheres homossexuais no futebol feminino muitas vezes leva à estigmatização de toda a equipe.

Marta: Ficamos sabendo que os meninos da seleção masculina de advogados que jogam o brasileiro disseram que nossa seleção feminina não teria muito sucesso porque tinha muito sapatão e precisava ter mais mulher no time

As participantes relatam que frequentemente são rotuladas como "sapatão" simplesmente por jogarem futebol, e há uma pressão para que não se assumam publicamente como homossexuais, sob o risco de descredibilizar a categoria. Esse estigma reflete a resistência a aceitar formas de feminilidade que desafiam a norma heteronormativa e os padrões de classe. A falta de porosidade dessas fronteiras evidencia como o futebol ainda é visto como um espaço predominantemente masculino dentro da categoria das advogadas.

Por outro lado, a necessidade de se contrapor a esses discursos também contribui para gerar pertencimento entre ela, como uma missão que precisam enfrentar coletivamente. Esse tipo de dificuldade pode ser uma das condições estruturais para o pertencimento dentro dessa forma de comunidade (Walseth, 2006), como relatam:

Marta: Precisávamos ter um reconhecimento, não apenas por ser um time feminino de advogadas, mas por nosso desempenho. Foi necessário trazer um ativo para que os meninos fizessem o campeonato de futsal no ano passado, que foi o primeiro, e pela primeira vez convidaram as meninas para jogar. Isso nunca tinha acontecido. Este ano, está acontecendo o Campeonato do Advogado

e, pela primeira vez, convidaram as meninas. Estamos em uma fase de transição, e essa mudança, esse marco para ter visibilidade, aconteceu do ano passado para cá.

No plano individual, a vigilância sobre os corpos e o tempo das mulheres também constitui uma fronteira difícil de atravessar. Embora as jogadoras consigam conciliar suas rotinas intensas de trabalho com a prática esportiva, a maneira como vinculam suas identidades ao esporte muitas vezes gera controvérsia.

Marta: Rayanne, que joga no time com a gente, e a Edinalva também, são da seleção e têm filhos. E aí, perguntam: "Você é casada? Está viajando, disputando o estadual, e com quem ficam seus filhos?" Mas se o marido dela viajar, ninguém pergunta com quem os filhos ficam.

Há uma percepção de que, ao se dedicarem seriamente ao futebol, estariam negligenciando outros aspectos de suas identidades profissionais. Essa visão limita a possibilidade de um envolvimento mais profundo e sério com o esporte, reforçando a dificuldade de atravessar essa fronteira.

Marta: Como a gente treina e tem o patrocínio, a gente também tem que dar mídia do que a gente está treinando, jogando, viajando para campeonato, para dar a contrapartida para os patrocinadores do time. E tal. E aí aconteceu comigo e com mais umas 2 ou 3 meninas. Gisele foi uma das que falou de pessoas responderem os stories assim: "Ué, parou de advogar? Não está advogando mais não?" "Ah, por quê? Porque eu só vejo você postando coisa de futebol. Você não posta nada de você numa audiência, num fórum e tal. (...) Já deixei de repostar stories do time e dos treinos para não ter stories (no instagram) de futebol com tanta frequência nas redes sociais. Já ouvi questionamentos: "Ah, está em Vitória e não está advogando mais, só jogando bola." Então, evitei postar

Essa presença do futebol nas redes sociais indica a importância do esporte na vida das participantes, evidenciando que o pertencimento à equipe e a dedicação ao futebol são fontes significativas de identificação. O compartilhamento dessas experiências com outras mulheres do projeto reforça uma identidade esportiva saliente, que atravessa e influencia a gestão das feminilidades e das identidades pessoais.

Essas fronteiras pouco porosas demonstram que, apesar de os espaços de pertencimento criados entre as mulheres no futebol participativo serem significativos, esses pertencimentos encontram resistência dentro da categoria profissional. O futebol, mesmo enquanto espaço de construção de identidades e relações sociais, ainda é permeado por barreiras que limitam a plena aceitação e integração das mulheres. Comparado a outros esportes femininos, como o vôlei, o futebol feminino enfrenta maior

resistência e estigmatização, reforçando a percepção de que o futebol é um espaço de masculinidade.

Marta: Mas eu eu aposto com você que a seleção de handebol não vai ter 50% da dificuldade que o futebol tem, porque o handebol é um esporte feminino e o futebol não. (...) Você não vai ter homem querendo jogar handebol, entendeu? Eles não vão se sentir ameaçados com handebol, mas com o futebol eles se sentem porque eles foram lá. E a seleção masculina que era?

Portanto, mesmo que o futebol participativo ofereça um sentido de comunidade e pertença tanto pessoal quanto profissional, as mulheres enfrentam resistências estruturais e culturais que dificultam a travessia dessas fronteiras.

Considerações Finais

O futebol participativo das mulheres advogadas apresenta três principais dimensões de sentido que essas mulheres encontram no futebol, bem como as barreiras de gênero que atravessam e moldam essas experiências: a negociação da feminilidade para inclusão no esporte, o sentido de pertencimento através do futebol e as fronteiras de gênero e estigmatização. A primeira refere-se ao fato de que as mulheres tiveram que contestar resistências familiares e culturais que associavam o futebol à masculinidade, desafiando normas que limitavam sua participação. A segunda trata o futebol também serve como um espaço de lazer e sociabilidade, essencial para o autocuidado físico e mental, promovendo bem-estar e novas amizades. Por fim, a participação feminina no futebol ainda enfrenta estereótipos e preconceitos, especialmente contra mulheres homossexuais, refletindo barreiras significativas baseadas em normas de gênero que reforçam o futebol como um domínio masculino.

A interseção das relações de gênero com questões de classe se reflete nos sentidos que o futebol participativo tem para as advogadas, revelando um panorama complexo de resistência e acomodação à retórica neoliberal feminista. O futebol participativo, ao oferecer um espaço de sociabilidade e autocuidado, demonstra o potencial de reconfigurar as fronteiras da feminilidade, promovendo uma identidade *this girl can*. No entanto, a persistência de estigmas e resistências evidencia que essas fronteiras ainda são rígidas e requerem esforços coletivos para serem atravessadas. Jogar futebol nesse contexto é desafiar as expectativas em torno da feminilidade das mulheres advogadas, ao mesmo tempo que ratificar aspectos próprios do campo profissional que elas ocupam. Com isso, transitam e se redesenham pelos espaços

profissionais, chamando a atenção para os regimes de poder que operam dentro da retórica neoliberal pós-feminista.

Referências

- AZZARITO, Laura. Future Girls, transcendent femininities and new pedagogies: Toward girls' hybrid bodies? *Sport Education and Society - SPORT EDUC SOC*, [s. l.], v. 15, p. 261–275, 2010.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 589–597, 2019.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: On the discursive limits of sex*. [S. l.]: Taylor & Francis, 2011.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313–323.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.
- DAMO, Arlei Sander. Futebóis—da horizontalidade epistemológica à diversidade política. *FuLiA/UFMG*, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 37–66, 2018.
- DEUTSCH, Francine. Undoing gender. *Gender & society*, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 106–127, 2007.
- DUNNING, Eric. Sport as a male preserve: Notes on the social sources of masculine identity and its transformations. *Theory, Culture & Society*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 79–90, 1986.
- EAGLY, Alice; BOSTON, Linda Carli; HABER, Paige. Through the labyrinth: The truth about how women become leaders. *NASPA JourNAI About WomeN iN HighEr educAtioN*, [s. l.], p. 247, 2009.
- FRANCOMBE-WEBB, Jessica; TOFFOLETTI, Kim. Sporting Females: Power, Diversity and the Body. In: MANSFIELD, Louise *et al.* (org.). *The Palgrave Handbook of Feminism and Sport, Leisure and Physical Education*. London: Palgrave Macmillan UK, 2018. p. 43–55. Disponível em: https://doi.org/10.1057/978-1-137-53318-0_4. Acesso em: 29 mar. 2024.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 143–151, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KESSLER, Claudia Samuel. Mais que barbies e ostras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos. 2015. Tese de Doutorado. PPG Antropologia social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Sexualidade, gênero e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. [S. l.]: Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. El país del fútbol también es de las mujeres: de la lógica del mercado al activismo feminista en la cobertura de la Copa del Mundo de 2019. In: HIJOS, Nemesia; MOREIRA, Veronica; SOTO-LAGOS, Rodrigo (org.). *Los días del mundial*. Buenos Aires: Clacso, 2020. p. 52–55.

MARTINS, Mariana Zuaneti; SILVA, Kerzia Railane Santos; VASQUEZ, Vitor. As mulheres e o país do futebol: interseções entre gênero, classe e raça no Brasil. *Movimento*, [s. l.], p. e27006–e27006, 2021.

MESSNER, Michael. *Out of play: Critical essays on gender and sport*. [S. l.]: Suny Press, 2010.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 27.

MONTEIRO, Rodrigo de Araújo. *Torcer, lutar, o inimigo massacrar—Raça Rubro-Negra!: uma etnografia sobre futebol, violência e masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PATRIOLINO, Luana. *Advogados refletem sobre racismo e relatam discriminação no Judiciário*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/12/6775042-advogados-refletem-sobre-racismo-e-relatam-discriminacao-no-judiciario.html>. Acesso em: 5 dez. 2024.

RIAL, Carmen. El invisible (y victorioso) fútbol practicado por mujeres en Brasil. *Nueva Sociedad*, [s. l.], n. 248, p. 114–126, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, [s. l.], v. 20, n. 2, 1995.

SILVEIRA, Viviane Teixeira; VAZ, Alexandre Fernandez. Doping e controle de feminilidade no esporte. *Cadernos Pagu*, [s. l.], p. 447–475, 2014.

SOARES DE ALMEIDA, Caroline. Belas e feras, nós e as masculinizadas: discursos, corporalidades e significações. In: KESSLER, Claudia Samuel (org.). *Mulheres na área: gênero, diversidade e inserções no futebol*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 107–133.

SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira; REIS, Heloisa Helena. *Futebol de mulheres: a batalha de todos os campos*. Paulínia: Autoresporte, 2023.

WALSETH, Kristin. Sport and Belonging. *International Review for the Sociology of Sport*, [s. l.], v. 41, n. 3–4, p. 447–464, 2006.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don. Accounting for doing gender. *Gender & society*, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 112–122, 2009.

NOTAS

AUTORIA

Mariana Zuaneti Martins

Doutora em Educação Física
Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Educação Física e Desportos
marianazuaneti@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0926-7302>

Samara Venturelli Furtado

Licenciada em Educação Física
Universidade Federal do Espírito Santo / Centro de Educação Física e Desportos
sasaventurelliedf@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2303-3422>

Edinalva Brito Gomes

Advogada especialista em Direito Desportivo e Direito público
edinalvabg14@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0003-5523-4015>

Endereço de correspondência do principal autor

Centro de Educação Física e Desportos
Universidade Federal do Espírito Santo
Avenida Fernando Ferrari, 514, Vitória - ES, CEP 29075-910.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: M.Z. Martins

Coleta de dados: M.Z. Martins; S.V. Furtado; E.Gomes

Análise de dados: M.Z. Martins

Discussão dos resultados: M.Z. Martins; S.V. Furtado; E.Gomes

Revisão e aprovação: M.Z. Martins; S.V. Furtado

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Espírito Santo, sob CAAE 77910523.0.0000.5542.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a licença *Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International*. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Daniel Serravalle de Sá

Ana Cláudia Mota Estevam

HISTÓRICO

Recebido em: 02-08-2024 – Aprovado em: 11-12-2024 – Publicado em: 15-12-2024